

INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

DESAFIOS, ESTRATÉGIAS
E CASOS DE SUCESSO



INDIRA GANDHI BEZERRA DE SOUSA
LUANA DE OLIVEIRA ALVES
HELANO PINHEIRO

LESTU
Editora

Design Gráfico

Ana Kelma Cunha Gallas

Diagramação

Kleber Albuquerque Filho

Revisão Técnica

Edson Rodrigues Cavalcante

TI OMP/DOI Manager

Eliezyo Silva



Este título possui uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt> Imagens da obra: Canva (CreativeCommons) e "Designed by Freepik" (http://www.freepik.com/terms_of_use)



FICHA CATALOGRÁFICA
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Elaborada pelo Bibliotecário Edson Cavalcante CRB 1649/3

S725i SOUSA, Indira Gandhi Bezerra de; ALVES, Luana de Oliveira; PINHEIRO, Helano Diógenes (Org.).
Inovação e sustentabilidade: desafios, estratégias e casos de sucesso / Indira Gandhi Bezerra de Sousa, Luana de Oliveira Alves, Helano Diógenes Pinheiro (Org.). – Teresina: Editora Lestu, 2025.
Formato: Livro Digital
Veiculação: Digital
ISBN: 978-65-85729-10-9
DOI: <https://doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-10-9>
1. Inovação tecnológica. 2. Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Empreendedorismo. 5. Meio ambiente – aspectos econômicos.
I. Título. II. Organizadores. III. Inovação. IV. Sustentabilidade.
CDD: 658.406.3

Índices para catálogos sistemáticos:

Administração; Inovação; Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; Gestão estratégica; Responsabilidade social corporativa.

7

ABC do terceiro setor: criação e gerenciamento de um projeto

Maria Karolayne de Moura Costa

Maria Paula Travassos Ramos

Anderson de Macedo Fernandes

Anderson da Trindade Marcelino

1 TERCEIRO SETOR

Na década de 1990, diversas iniciativas sociais foram formalizadas ao redor do mundo, com destaque para países como Estados Unidos, França, Reino Unido e Itália. Impulsionadas pelas conexões proporcionadas pela globalização, essas práticas sociais ultrapassaram as fronteiras nacionais, alcançando diferentes países, incluindo o Brasil. Nessa época, emergiam demandas coletivas relacionadas à saúde, segurança, educação, esporte, lazer, transporte, entre outros aspectos. Contudo, o Estado, principal responsável por atender essas necessidades, mostrava-se incapaz de solucioná-las adequadamente.

Nesse contexto, a sociedade civil, organizada a partir de iniciativas individuais, mobilizou grupos com o objetivo de desenvolver serviços que suprissem tais carências. Esses grupos começaram a se institucionalizar por meio de sindicatos, associações, organizações não governamentais (ONGs) e outras formas de organizações da sociedade civil. Com o tempo, passaram a estruturar suas atividades de acordo com seus objetivos e fins lucrativos, o que resultou na configuração dos três setores mercadológicos: o primeiro setor, voltado ao interesse público, com fins coletivos; o segundo setor, de interesse privado e com fins lucrativos; e o terceiro setor, de

interesse privado, mas com foco em fins coletivos.

O cenário favoreceu, por exemplo, o surgimento de Associações de Moradores. Em situações em que uma rua do bairro necessitava de melhor iluminação pública, essas associações, ao constatarem a ineficácia do poder público, organizavam arrecadações para investir em iluminação externa, tornando o local mais seguro. Sindicatos se mobilizaram para defender os direitos das categorias de trabalhadores, enquanto ONGs surgiram da união de vizinhos que buscavam soluções para problemas como a falta de creches para cuidar de crianças enquanto seus pais trabalhavam.

Essas iniciativas culminaram, em 1999, na criação do Marco Legal do Terceiro Setor, por meio da Lei nº 9.790/99¹. Essa legislação estabeleceu as bases para normatizar as organizações do terceiro setor, conferindo-lhes direitos e amparo legal. A lei definiu o conceito de Terceiro Setor, suas responsabilidades e atribuições, além de regulamentar suas funcionalidades.

Posteriormente, a Lei nº 13.019/2014 foi sancionada para estabelecer o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de disciplinar a celebração e execução de parcerias voltadas ao interesse público². Essa legislação instituiu os instrumentos do Termo de Colaboração e do Termo de Fomento, reforçando diretrizes para a política de fomento e colaboração com as OSCs.

No entanto, a Lei nº 13.204/2015 alterou significativamente a Lei nº 13.019/2014, trazendo maior flexibilização e aperfeiçoamento ao regime de parcerias. Entre as mudanças, destacam-se a inclusão do Acordo de Cooperação, a dispensa do chamamento público em certas situações e a ampliação das possibilidades de remuneração da equipe envolvida nas parcerias. Além disso, a Lei nº 13.204/2015 revogou dispositivos anteriores e introduziu novos critérios de transparência e prestação de contas, consolidando um modelo mais estruturado para a relação entre Estado e sociedade civil³.

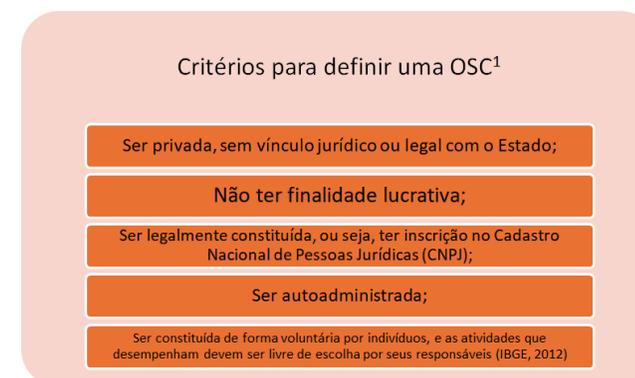
2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) são instituições criadas pela sociedade com o propósito de atender demandas coletivas de forma privada. A Lei Federal nº 13.019, de 2014, com as alterações trazidas pela Lei nº 13.204, de 2015, define as OSCs como entidades privadas sem fins lucrativos, nas quais os sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros não obtêm lucros oriundos de suas atividades-fim³.

Além disso, a legislação ampliou o conceito de OSCs para incluir também as sociedades cooperativas que atendam a determinados critérios sociais e as organizações religiosas que desenvolvem atividades de interesse público e cunho social, distintas das destinadas exclusivamente a fins religiosos.

No Brasil, essas organizações tratam de questões relacionadas à administração pública e ao benefício coletivo, abrangendo uma ampla gama de realidades sociais⁴. Nesse contexto, as organizações do Terceiro Setor inserem-se no escopo das OSCs, sendo caracterizadas como entidades privadas de interesse público ou coletivo, direcionadas a atender demandas sociais e a fomentar o bem-estar da comunidade⁵.

Figura 1: Definição de OSC



Fonte: Elaborado a partir de Lopez (2018)⁶.

Entre as instituições de maior relevância no Terceiro Setor, tanto no cenário mundial quanto nacional, destaca-se a Cáritas Brasileira. Idealizada por Dom Helder Câmara, a Cáritas atua no Brasil desde 12 de novembro de 1956. Sob a gestão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, essa organização religiosa conta com 198 entidades-membros, 13 regionais e 4 articulações, consolidando-se como um importante agente de transformação social.

No próximo tópico, será apresentada a Cáritas Diocesana de Floriano-PI, que desenvolve uma série de projetos sociais. Um desses projetos será detalhado neste capítulo, com o objetivo de ilustrar como um projeto do Terceiro Setor é concebido e gerenciado, demonstrando, por meio dessa experiência, boas práticas e contribuições para a gestão no Terceiro Setor.

3 CÁRITAS DIOCESANA DE FLORIANO-PI

A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, funciona como um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e se orienta pelos fundamentos religiosos e pela Doutrina Social da Igreja Católica. Impulsionada pelos valores do Concílio Vaticano II e inspirada por Dom Hélder Câmara, a organização é parte da Cáritas Internacional, que possui 170 membros globais⁵. A Cáritas no Brasil está organizada em 187 entidades membros distribuídos por todo o país em 12 regionais, engajando-se ativamente na defesa dos direitos humanos e na transformação social por meio de ações articuladas.

A Cáritas Brasileira adota o conceito de Bem Viver, centra-se na encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco, enfatizando a ecologia integral como resposta às injustiças sociais e ambientais. Esse conceito fundamenta a missão da Cáritas de promover a solidariedade e o respeito mútuo, integrando a proteção ambiental com direitos sociais e econômicos em suas iniciativas. A prática pastoral da Cáritas, refletindo a visão de uma “Igreja em saída” proposta pelo Papa Francisco, envolve ir ao encontro das periferias existenciais, promovendo a Sinodalidade, que enfatiza a cocriação e a gestão compartilhada em projetos, garantindo que as vozes marginalizadas

sejam ouvidas. Essa abordagem não só fornece assistência, mas trabalha para mudanças estruturais, promovendo uma sociedade mais justa e sustentável, reafirmando o compromisso da Cáritas com um mundo que respeita e valoriza todas as formas de vida.

Nesse cenário, a Cáritas de Floriano, situada no município de Floriano, no Sul do Estado do Piauí, desempenha um papel estratégico na articulação de iniciativas voltadas à transformação social, colaborando com outras pastorais e organismos da Igreja Católica na região. Embora não esteja diretamente vinculada a pastorais específicas, a Cáritas participa ativamente de ações sociotransformadoras por meio da Comissão de Vida Plena da Diocese, estrutura que lidera e organiza. Essa comissão funciona como um núcleo articulador, coordenando projetos e programas que respondem às demandas emergentes das comunidades, promovendo mudanças concretas e sustentáveis.

A sinergia entre a Cáritas e as pastorais é essencial para potencializar os resultados das iniciativas. Entre as pastorais envolvidas nesse esforço conjunto estão a Pastoral da Criança, que mobiliza e capacita lideranças locais para apoiar gestantes e crianças, fortalecendo as comunidades desde a base; a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que oferece assistência às populações rurais e ribeirinhas, promovendo direitos e práticas sustentáveis; e a Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), conhecida como Vicentinos, que realiza um trabalho caritativo significativo, aliviando o sofrimento de famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de voluntários dedicados.

Na Diocese de Floriano, a Cáritas destaca-se como a principal articuladora de projetos voltados à transformação social, com destaque para o ABC dos Direitos Humanos. Desenvolvido sob os princípios de justiça e solidariedade que orientam a missão da Igreja Católica, esse projeto demonstra a eficácia de uma abordagem colaborativa que integra diversos organismos e pastorais. Por meio da Comissão de Vida Plena, a Cáritas assegura que as iniciativas sejam planejadas e gerenciadas de forma alinhada às necessidades das comunidades, promovendo segurança alimentar, sustentabilidade

ambiental e engajamento político. Essa abordagem reforça o compromisso da Igreja com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

No centro dessas iniciativas está o projeto ABC dos Direitos Humanos, - concebido em meados de 2020 e iniciado em março de 2023 e com previsão de término em março de 2025 - que simboliza o compromisso da Cáritas com a transformação social. Focado em promover segurança alimentar, preservar o meio ambiente e fortalecer o engajamento político, o projeto beneficia diretamente 190 famílias de 12 comunidades, das quais 87% são compostas por mulheres. Ele coloca o empoderamento comunitário como eixo central, incentivando a participação ativa das comunidades desde a mobilização local até os processos decisórios. Dessa forma, o projeto reforça a autonomia e a cidadania dos beneficiários, consolidando o papel da Cáritas como agente de transformação social³.

4 PROJETO – PARQUE DO ABC DOS DIREITOS HUMANOS

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos**, uma parceria entre a Aktionskreis Pater Beda e a Cáritas Diocesana de Floriano, cofinanciado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico Alemão (BMZ), tem como objetivo melhorar a segurança alimentar de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade em Floriano. Por meio de métodos de produção agroecológica, tanto urbanos quanto rurais, e estratégias de comercialização alternativas e solidárias, o projeto busca promover a sustentabilidade e a inclusão social. Um dos principais pilares é a capacitação de líderes comunitários, fortalecendo a sociedade civil e disseminando temas como direitos humanos, segurança alimentar e participação política.

O Projeto ABC dos Direitos Humanos foi idealizado durante a pandemia da COVID-19, um período marcado por profundas perdas humanas e violações de direitos. Nesse contexto, a Rede Solivida iniciou uma reflexão crítica sobre a necessidade urgente de ação em defesa dos direitos humanos, culminando na constatação de que o acesso ao alimento é um direito fundamental inegociável.

Essa reflexão deu origem ao projeto focado em garantir a segurança alimentar e nutricional.

Concebido para abordar tanto a produção quanto a distribuição de alimentos, o projeto foi estruturado em duas frentes principais. A primeira foca nos agricultores, reconhecendo-os como pilares essenciais na cadeia alimentar, responsáveis por cultivar os alimentos que sustentam a população. Essa abordagem inclui o suporte para melhorar suas condições de trabalho e renda, garantindo que possam continuar a produzir de maneira sustentável. A segunda frente lida com o reaproveitamento dos alimentos, visando a reduzir o desperdício e melhorar a eficiência na utilização dos recursos alimentares disponíveis.

Nesse esquema colaborativo, a Cáritas Diocesana de Floriano assumiu o compromisso de implementar e coordenar as atividades junto aos agricultores, enquanto o Centro de Direitos Humanos (CDH) na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, ficou responsável por mobilizar esforços relacionados ao reaproveitamento de alimentos. Juntos, esses esforços visavam a criar um sistema alimentar mais justo e acessível, respondendo às necessidades imediatas trazidas pela pandemia e fortalecendo as comunidades para enfrentar futuros desafios socioeconômicos.

Além de abordar a segurança alimentar e nutricional, o Projeto ABC dos Direitos Humanos também incorpora uma dimensão fundamental de formação cidadã e política. Reconhecendo que a sustentabilidade a longo prazo de qualquer intervenção social depende da capacidade dos cidadãos de entenderem e influenciarem os processos políticos e sociais que moldam suas vidas, o projeto dedica especial atenção à educação e ao empoderamento político.

A iniciativa de formação cidadã e política é projetada para equipar os indivíduos, especialmente os agricultores e membros das comunidades locais, com o conhecimento e as ferramentas necessárias para participar ativamente do diálogo democrático e das decisões políticas. Isso envolve a realização de oficinas, seminários e atividades educativas que abordam temas como direitos humanos, governança, leis ambientais e práticas sustentáveis.

A gestão do projeto reflete um modelo eficiente de planejamento

e execução colaborativa no Terceiro Setor. Baseado em um planejamento estratégico detalhado, o projeto define metas claras, cronogramas realistas e indicadores de desempenho que asseguram o alinhamento das atividades às necessidades das comunidades atendidas. Entre as principais ações destacam-se a criação de hortas comunitárias, a realização de eventos regionais e visitas técnicas, garantindo impacto direto e transformador.

Um ponto central do projeto é a capacitação contínua dos participantes, com oficinas, treinamentos e visitas técnicas que promovem conhecimentos práticos sobre agroecologia, comercialização solidária e gestão comunitária. Essa abordagem fortalece comunidades locais e incentiva a participação ativa de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, que representam 87% dos beneficiários.

Figura 2: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

A equipe gestora realiza um monitoramento constante, utilizando indicadores como aumento de produtividade, geração de renda e engajamento comunitário. Em 2023, por exemplo, as vendas hortícolas geraram mais de R\$ 1 milhão, com a renda média das famílias variando entre R\$ 106,67 e R\$ 3.033,39. Até agosto de 2024, os resultados já haviam superado os números do ano anterior. Além disso, a participação feminina representou 80% dos participantes das atividades, evidenciando o impacto inclusivo do projeto. As visitas técnicas também desempenharam papel fundamental, identificando necessidades específicas e fornecendo apoio técnico a comunidades afetadas pela pandemia da COVID-19.

Figura 3: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



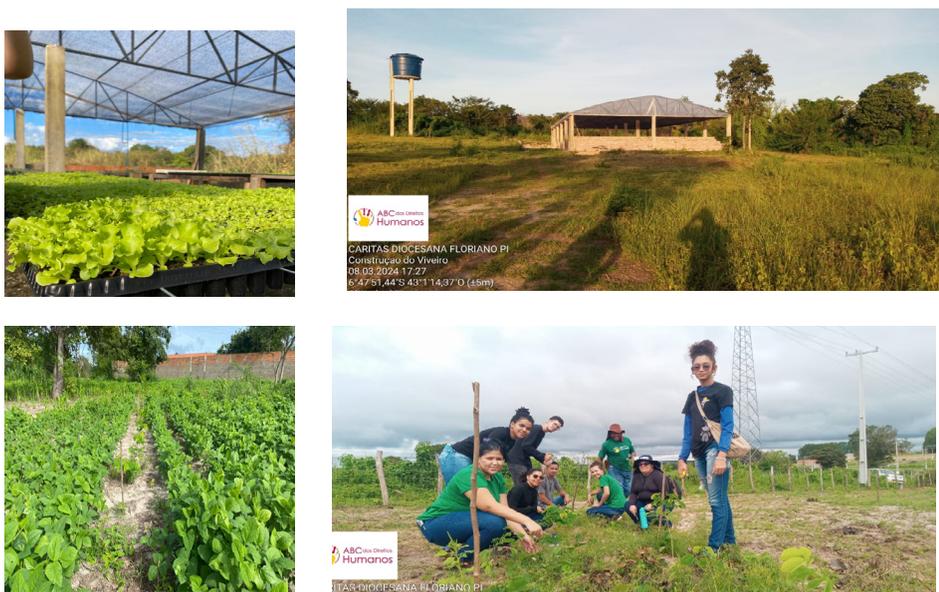
Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Entre os destaques do projeto está o **I Seminário Regional sobre Agroecologia**, que promoveu o diálogo entre diferentes atores, como poder público, instituições de ensino e a comunidade local. O evento resultou em compromissos significativos, incluindo apoio logístico, transporte de matéria orgânica e assistência técnica. Outro marco foi a proposta de criação do **Parque Agroecológico**, em parceria com instituições acadêmicas, com o objetivo de fomentar a sustentabilidade e a preservação ambiental.

O **Parque Agroecológico**, idealizado para ser implementado em uma área de 4 hectares onde já existem Sistemas Agroflorestais (SAFs), é um projeto inovador que une produção agrícola e conservação ambiental. Planejado como um centro de educação e conscientização ecológica, o espaço contará com a colaboração de estudantes e professores dos cursos de Ciências Biológicas e Licenciatura em Educação do Campo, que contribuirão com pesquisas, catalogação de espécies e desenvolvimento de trilhas ecológicas inspiradas na filosofia franciscana. Essa iniciativa fortalecerá a conexão entre academia e comunidade, promovendo a sensibilização ambiental e o contato com a natureza.

Além dos SAFs, o Parque Agroecológico incluirá um viveiro e um centro de confecção de substrato, essenciais para a produção contínua de mudas e insumos orgânicos. Essa estrutura apoiará as 12 hortas comunitárias existentes, ampliando a capacidade produtiva e o conhecimento técnico dos agricultores.

Figura 4: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

A parceria com o poder público identificou o potencial de transformar o Parque Agroecológico em um destino educativo e turístico, integrando práticas sustentáveis e preservação ambiental. Essa iniciativa busca não apenas aumentar a produtividade e a renda dos produtores, mas também servir como modelo replicável em outras regiões, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável. As parcerias entre poder público e iniciativas privadas têm sido fundamentais para o sucesso do **Projeto ABC dos Direitos Humanos** e para a implementação do Parque Agroecológico.

4.1 impacto familiar

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos**, ao atuar de maneira integrada nas áreas de segurança alimentar, agroecologia e fortalecimento da sociedade civil, gera impactos significativos no contexto familiar. Esses impactos incluem melhorias na segurança alimentar, aumento da renda, fortalecimento da participação comunitária, educação ambiental, integração social, suporte psicológico em tempos de crise, disseminação de modelos replicáveis e promoção da sustentabilidade a longo prazo, conforme apresentado na Figura 5.

Figura 5: Impactos do Projeto ABC dos Direitos Humanos

Segurança alimentar e melhoria na qualidade de vida
O foco na produção agroecológica não apenas aumenta a segurança alimentar das famílias, mas também melhora a qualidade nutricional dos alimentos consumidos. O aumento da produção hortícola e da rentabilidade das vendas gera uma estabilidade econômica e proporciona aos membros da família um acesso mais fácil a alimentos frescos e saudáveis.
Aumento da renda familiar
Com a renda média por família variando entre R\$ 106,67 e R\$ 3.033,39, o projeto proporciona uma diversidade de ganhos que variam conforme a participação e o sucesso na comercialização dos produtos. Essa variação impacta as famílias de maneira significativa, permitindo que algumas alcancem uma maior estabilidade financeira, o que pode melhorar seu bem-estar e possibilitar o acesso a outros direitos, como educação e saúde.

Fortalecimento da participação comunitária e autonomia
A formação de líderes comunitários, especialmente com forte presença feminina, fomenta um senso de pertencimento e empoderamento nas famílias. As mulheres, muitas vezes, assumem papéis centrais tanto no cuidado da casa quanto no fortalecimento da comunidade, ampliando suas habilidades e conhecimentos e, conseqüentemente, suas capacidades de influenciar e transformar o contexto familiar e comunitário.
Educação ambiental e integração social
O Parque Agroecológico, ao integrar educação ambiental e produção agroecológica, proporciona às famílias a oportunidade de se conectarem com práticas sustentáveis, enquanto aprendem sobre a preservação ambiental. Essa iniciativa impacta diretamente a conscientização das famílias, permitindo que apliquem esses conhecimentos em suas práticas cotidianas, fortalecendo sua relação com o meio ambiente e contribuindo, significativamente, com as futuras gerações.
Apoio psicológico e social em tempos de crise
O apoio técnico e as visitas técnicas realizadas em comunidades afetadas pela pandemia de COVID-19 ajudam a enfrentar a vulnerabilidade social e econômica de muitas famílias. Além disso, ao promover a interação com diferentes atores, o projeto cria redes de apoio que fortalecem os laços sociais, essenciais para lidar com dificuldades coletivas e individuais.
Modelos replicáveis e sustentabilidade a longo prazo
Ao fortalecer a infraestrutura das hortas comunitárias e melhorar o conhecimento técnico das famílias, o projeto garante que as práticas agroecológicas sejam sustentáveis e possam ser replicadas, promovendo uma mudança duradoura na realidade das famílias. Elas se tornam protagonistas dessa transformação, podendo, no futuro, expandir seus próprios projetos ou auxiliar outros membros da comunidade, criando um ciclo virtuoso de crescimento e capacitação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A segurança alimentar e a melhoria na qualidade de vida estão interligadas por meio de iniciativas que promovem acesso a alimentos de qualidade, geração de renda e desenvolvimento sustentável. Projetos que aliam práticas agroecológicas, educação ambiental e fortalecimento comunitário contribuem diretamente para a estabilidade alimentar, empoderamento das famílias e maior integração social. Esses esforços visam não apenas atender às necessidades básicas, mas também criar condições que favoreçam a autonomia e o bem-estar das populações, transformando positivamente suas realidades. Esses resultados podem ser

evidenciados por meio dos relatos de participantes do projeto, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Impacto Familiar

Pergunta 1: De que maneira o projeto está ajudando você e sua família?	
Entrevistado	Resposta
E.D.	O projeto tem nos ajudado na produção e comercialização dos produtos. Recebemos mudas prontas para o plantio, capacitações e assistência técnica, o que faz uma grande diferença.
E.V.	O projeto permitiu que eu ampliasse meu local de trabalho, melhorasse as técnicas de cultivo e aumentasse o conhecimento sobre o manejo da horta.
E.J.I.	Melhorou nossa renda e a qualidade de vida com novos aprendizados. Também trouxe sociabilização e troca de ideias entre os participantes.
E.D.I.	Ajudou-nos com a assistência técnica, insumos e conhecimentos sobre vendas, melhorando nossa produção e organização.
E.M.A.	Ofereceu oportunidades de trabalho para minha família e contribuiu para a geração de renda.
E.M.M.	Aprendemos a cuidar melhor da produção, o que melhorou a qualidade e o lucro.

Fonte: Coleta dos autores, 2025.

As declarações dos entrevistados destacam o impacto transformador do **Projeto ABC dos Direitos Humanos** nas famílias beneficiadas, evidenciando mudanças práticas e concretas. A assistência técnica e as capacitações foram apontadas como fundamentais por E.D., E.V., E.D.I. e E.M.M., que relataram o aprendizado de novas técnicas de cultivo, manejo e comercialização. Esses conhecimentos, aplicados no dia a dia, refletem diretamente na produtividade e na qualidade das atividades agrícolas. Além disso, o fornecimento de insumos, como mudas prontas para o plantio, citado por E.D. e E.D.I., demonstra como o projeto reduz barreiras de acesso a recursos antes limitados ou indisponíveis.

O impacto financeiro também se destaca de forma expressiva. E.J.I. relatou melhorias na renda e na qualidade de vida de sua

família, enquanto E.M.A. destacou as oportunidades de trabalho geradas pelo projeto, beneficiando não apenas ela, mas também seus familiares. E.M.M. reforçou essa perspectiva ao mencionar o aumento da lucratividade alcançado por meio de uma produção mais qualificada. Essas mudanças revelam como o projeto contribui para a estabilidade econômica e a autonomia das famílias envolvidas.

Figura 6: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Além dos benefícios técnicos e financeiros, o impacto social é igualmente relevante. E.J.I enfatizou a importância da sociabilização e da troca de ideias proporcionadas pelo projeto, que fortaleceram os vínculos comunitários e estimularam o engajamento coletivo.

Esses relatos demonstram que o **Projeto ABC dos Direitos Humanos** vai além da melhoria da produção agrícola e da renda, promovendo uma transformação abrangente nas vidas das famílias participantes. Por meio de sua abordagem integrada, o projeto fortalece a segurança alimentar, fomenta a autonomia e melhora a qualidade de vida na região de Floriano.

4.2 Aspectos valorizados pelos participantes

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos** é reconhecido e valorizado pelos participantes de diversas formas, graças à relevância de suas ações e aos benefícios que oferece às comunidades envolvidas. Em primeiro lugar, essa valorização se dá pelo impacto direto na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Ao promover a segurança alimentar por meio da produção agroecológica, o projeto apresenta uma solução eficaz para o acesso a alimentos saudáveis e acessíveis, essenciais para famílias em situação de vulnerabilidade. Além disso, a possibilidade de gerar renda por meio da comercialização de produtos hortícolas oferece às famílias uma fonte de sustento e estabilidade financeira, fortalecendo sua participação na economia local e contribuindo para melhores condições de vida.

O projeto também se destaca pelo empoderamento comunitário, especialmente das mulheres, que representam 80% dos participantes. As capacitações voltadas para o desenvolvimento de lideranças comunitárias desempenham um papel fundamental, proporcionando habilidades em organização social, gestão de recursos e fortalecimento do protagonismo feminino. Esse processo transforma os participantes em agentes de mudança, capazes de influenciar positivamente a sociedade e difundir práticas sustentáveis em suas comunidades.

A criação do **Parque Agroecológico** é outro elemento central para a valorização do projeto. Esse espaço integra produção agrícola e preservação ambiental, promovendo práticas agroecológicas sustentáveis que impactam diretamente as comunidades envolvidas. A participação ativa dos membros da comunidade, aliada a parcerias estratégicas com instituições acadêmicas e públicas, reforça o senso de pertencimento e o impacto de longo prazo. Além disso, o parque funciona como um centro de aprendizado e conscientização ambiental, permitindo que os participantes adquiram novos conhecimentos e habilidades, capacitando-os como defensores da sustentabilidade e da preservação ambiental.

As redes de apoio formadas pelo projeto também são fundamentais para sua valorização. As visitas técnicas e seminários promovidos pelo projeto criam oportunidades para o diálogo entre diferentes atores, como o poder público, instituições de ensino e a comunidade local. Essas interações fomentam a troca de experiências e o desenvolvimento de soluções conjuntas, fortalecendo os laços comunitários e ampliando a visibilidade das necessidades e conquistas das comunidades. Esses esforços também contribuem para o fortalecimento da cidadania e da participação política.

Por fim, a sustentabilidade de longo prazo do projeto é um dos aspectos mais valorizados. A implementação de práticas agroecológicas que podem ser replicadas em outras regiões assegura que os benefícios ultrapassem os resultados imediatos. O conhecimento adquirido pelos participantes, combinado com a infraestrutura e os recursos fornecidos pelo projeto, garante um impacto duradouro, transformando a vida das famílias e promovendo mudanças significativas nas comunidades. Assim, o projeto é valorizado não apenas pelo que oferece no presente, mas também pelo seu potencial de transformação para o futuro, como pode ser percebido nas falas dos participantes do projeto, a seguir.

Quadro 2: Aspectos valorizados pelos participantes

Pergunta 2: O que você mais valoriza neste projeto?	
Entrevistado	Resposta
E.D.	Valorizo as pessoas envolvidas diretamente no projeto, que estão sempre prontas para nos ajudar com qualquer dificuldade.
E.V.	O acompanhamento oferecido e a preocupação em atender as demandas específicas de cada grupo.
E.J.I.	Os ensinamentos, oficinas, cursos e orientações que recebemos, que trouxeram melhorias significativas para nós como produtores e como sociedade.
E.D.I.	O apoio direto da assistência técnica, a interação entre os grupos e o incentivo ao trabalho coletivo para alcançar objetivos em comum.
E.M.A	A oportunidade de crescimento da comunidade, incentivando a união e o trabalho em grupo.
E.M.M.	A interação e a troca de experiências entre os grupos que o projeto acompanha.

Fonte: Coleta dos autores, 2025.

As respostas dos entrevistados evidenciam que o que mais valorizam no **Projeto ABC dos Direitos Humanos** está relacionado ao suporte humano, ao aprendizado coletivo e ao fortalecimento comunitário. E.D. destaca a importância das pessoas envolvidas diretamente no projeto, que estão sempre dispostas a ajudar com as dificuldades, ressaltando o valor de um acompanhamento próximo e personalizado.

E.V. reforça essa visão ao valorizar o suporte oferecido pelo projeto e a atenção às demandas específicas de cada grupo, evidenciando a abordagem cuidadosa e inclusiva do programa. E.J.I. enfatiza os ensinamentos, oficinas, cursos e orientações recebidos, que resultaram em melhorias significativas tanto para os produtores quanto para a sociedade, refletindo o impacto educativo do projeto. E.D.I. destaca o apoio técnico, a interação entre os grupos e o incentivo ao trabalho coletivo, evidenciando como o projeto promove a colaboração e o alcance de objetivos comuns.

Figura 7: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

E.M.A. e E.M.M. ressaltam o fortalecimento das conexões comunitárias. Para E.A., a oportunidade de crescimento da comunidade, aliada à união e ao trabalho em grupo, representa um dos principais valores do projeto. E.M.M. complementa essa perspectiva, destacando a interação e a troca de experiências entre os grupos como um elemento central. Esses relatos demonstram que, além dos benefícios materiais e técnicos, o **Projeto ABC dos Direitos Humanos** desempenha um papel fundamental na promoção da união, do aprendizado mútuo e do desenvolvimento social das comunidades atendidas.

4.3 Transformações Pessoais

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos** possui um profundo potencial transformador, promovendo mudanças significativas na vida dos participantes, tanto no âmbito individual quanto social. Essa transformação começa com o fortalecimento da autoestima e do senso de pertencimento. Ao envolver os participantes em

processos de capacitação e engajamento comunitário, o projeto os posiciona como protagonistas de mudanças, incentivando uma nova percepção sobre seu papel no coletivo. Essa abordagem eleva a autoconfiança dos indivíduos, especialmente das mulheres, que constituem a maioria dos participantes. Muitas delas assumem papéis de liderança, reconhecendo sua capacidade de influenciar e transformar seu entorno, o que promove uma poderosa mudança de mentalidade.

Ao oferecer conhecimentos técnicos e práticos sobre agroecologia, o projeto também transforma a relação dos participantes com o meio ambiente, a alimentação e a saúde. Essa capacitação promove a conscientização sobre a importância da preservação ambiental e da produção sustentável. Além disso, ao aprenderem a produzir alimentos de maneira sustentável, os participantes desenvolvem habilidades diretamente aplicáveis em suas vidas, promovendo hábitos mais saudáveis e um estilo de vida mais equilibrado. Essa conexão reforçada com a natureza também fortalece o vínculo emocional dos participantes com o ambiente, mudando a forma como se percebem sendo parte de um ecossistema maior.

No aspecto financeiro, o projeto representa uma oportunidade concreta de transformação. A possibilidade de produzir e comercializar seus produtos garante uma fonte de renda mais estável, impactando diretamente a qualidade de vida das famílias. Esse aumento de recursos abre portas para melhores condições de educação, saúde e bem-estar, contribuindo para mudanças substanciais no cotidiano das famílias. O reconhecimento gerado pela comercialização bem-sucedida dos produtos reforça a sensação de realização pessoal e profissional, além de incentivar o empreendedorismo e a autonomia.

Outro aspecto fundamental do projeto é a ampliação de horizontes. Por meio da interação com instituições acadêmicas, o poder público e outros setores da sociedade, os participantes têm acesso a novas formas de organização, gestão e participação política. Essas experiências ampliam sua visão de mundo, tornando-

os mais críticos, conscientes e preparados para enfrentar desafios externos, enquanto fortalecem seu papel na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, a criação de redes de apoio e o fortalecimento de laços comunitários gerados pelo projeto desempenham um papel essencial. O trabalho colaborativo e o compartilhamento de experiências criam um senso de solidariedade, no qual o sucesso individual é percebido como fruto do esforço coletivo. Essa dinâmica fortalece a capacidade dos participantes para resolver problemas e enfrentar desafios, tanto no âmbito pessoal quanto comunitário, como pode ser percebido a seguir.

Quadro 3: Transformações Pessoais

Pergunta 3: O que mudou para você desde que começou a participar?	
Entrevistado	Resposta
E.D.	Passamos a produzir de forma correta e com mais qualidade. Também organizamos melhor nossas finanças, algo que antes era um problema.
E.V.	Muitas portas se abriram. Tivemos mais oportunidades de comercializar nossos produtos, trocar experiências com outras comunidades e adquirir mais conhecimento.
E.J.I.	Tivemos uma nova visão sobre produção agroecológica, com produtos de maior qualidade e melhores técnicas de plantio, colheita e venda.
E.D.I.	Ganhamos mais conhecimento e união como grupo, fortalecendo o trabalho coletivo e nossos objetivos comuns.

Fonte: Coleta dos autores, 2025.

Desde o início de sua participação no **Projeto ABC dos Direitos Humanos**, os entrevistados relataram transformações profundas e positivas, tanto em suas vidas pessoais quanto no contexto comunitário. E.D. destacou uma melhoria significativa na qualidade de sua produção, afirmando que agora emprega técnicas adequadas e desenvolveu maior controle sobre as finanças familiares, superando desafios anteriores de gestão financeira. Esse progresso reflete a adoção de boas práticas produtivas e administrativas promovidas pelo projeto.

E.V. enfatizou o papel do projeto na criação de novas oportunidades, destacando que surgiram possibilidades ampliadas para a comercialização de seus produtos. Além disso, sua participação permitiu maior integração com outras comunidades, enriquecendo sua experiência por meio da troca de saberes e do aprimoramento de conhecimentos em diferentes áreas. E.J.I. relatou que o contato com práticas modernas de agroecologia foi transformador, resultando na adoção de técnicas avançadas de plantio, colheita e comercialização, o que levou a produtos de melhor qualidade e maior valor agregado.

Figura 8: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

E.D.I. ressaltou o fortalecimento do trabalho coletivo como um dos principais impactos do projeto. Ela observou que o compartilhamento de conhecimento e a união dos grupos contribuíram para solidificar um compromisso conjunto em torno de objetivos comuns, promovendo maior coesão e eficácia nas ações comunitárias. Esses depoimentos destacam não apenas os ganhos técnicos e econômicos, mas também uma transformação social abrangente, na qual a participação cidadã e o fortalecimento das relações sociais se tornam elementos centrais.

A evolução na capacidade de organização coletiva e na construção de um propósito compartilhado evidencia o papel do **Projeto ABC dos Direitos Humanos** como um catalisador para a formação de uma sociedade civil mais resiliente e participativa. Ao promover conhecimento, cooperação e desenvolvimento econômico, o projeto contribui para a sustentabilidade social e para a inclusão de comunidades historicamente marginalizadas.

Em síntese, o **Projeto ABC dos Direitos Humanos** transcende o desenvolvimento econômico e social das famílias envolvidas, promovendo uma transformação integral no plano pessoal. Por meio de capacitação, empoderamento, autonomia financeira e fortalecimento comunitário, o projeto inspira uma nova perspectiva sobre o potencial dos participantes e o impacto que podem gerar em suas vidas e na sociedade. Esse legado não se limita ao presente, mas posiciona as comunidades como agentes de transformação para um futuro mais sustentável e inclusivo.

4.4 Impacto Comunitário

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos** apresenta um grande potencial para gerar impacto comunitário significativo, integrando dimensões sociais, econômicas e ambientais nas comunidades atendidas. Por meio da promoção de práticas agroecológicas e da melhoria da segurança alimentar, o projeto fortalece a autonomia das comunidades, fornecendo os meios necessários para a produção de alimentos saudáveis, sustentáveis e de qualidade. A implementação

de hortas comunitárias e a capacitação de líderes locais não apenas aprimoram a alimentação das famílias, mas também estabelecem sistemas produtivos que impulsionam o desenvolvimento local e promovem a sustentabilidade a longo prazo.

Um dos aspectos mais relevantes do projeto é sua capacidade de fortalecer a participação comunitária e o protagonismo social, especialmente por meio da formação de lideranças, com destaque para a expressiva participação feminina. A capacitação e o empoderamento das mulheres e de outros membros da comunidade promovem maior coesão social, transformando-os em multiplicadores do conhecimento adquirido e agentes de mudança em suas realidades. Esse fortalecimento das lideranças locais cria um ciclo virtuoso de engajamento, no qual a comunidade assume um papel ativo no atendimento de suas necessidades e na construção de suas aspirações, fomentando solidariedade e colaboração.

Figura 9: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Além disso, o projeto promove a colaboração entre diferentes setores da sociedade, como poder público, instituições acadêmicas e organizações privadas. A criação do **Parque Agroecológico** exemplifica essa integração ao unir a preservação ambiental com a educação e a conscientização, ampliando o impacto social e

ambiental. Parcerias com universidades e centros de pesquisa permitem que a comunidade participe de atividades acadêmicas e ambientais, fortalecendo os vínculos entre a academia e a população local. Essa interação aumenta a confiança da comunidade em suas capacidades e fomenta a conscientização ambiental, incentivando práticas sustentáveis e o uso responsável dos recursos naturais.

Outro impacto significativo do projeto é a criação de redes de apoio, que são fundamentais para a resolução de problemas coletivos. As visitas técnicas e os seminários promovidos oferecem espaços para diálogo entre diferentes atores, possibilitando a troca de experiências e a busca conjunta por soluções para desafios locais. Essas interações ampliam a visibilidade das demandas da comunidade, gerando parcerias e compromissos que asseguram o sucesso e a continuidade do projeto. Assim, a comunidade se sente respaldada por uma rede que combina esforços internos e apoio externo, reconhecendo seu potencial transformador.

O impacto econômico também é um diferencial do projeto, indo além da melhoria da renda familiar ao fortalecer a economia local. O incentivo à comercialização de produtos agroecológicos estimula a geração de empregos, a diversificação de fontes de renda e o fortalecimento da economia regional. Esse ciclo de prosperidade local melhora a qualidade de vida das famílias e cria oportunidades de crescimento para os membros da comunidade, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável.

O impacto comunitário do **Projeto ABC dos Direitos Humanos** é amplo e multifacetado. O projeto fortalece a organização e a participação comunitária, promove a sustentabilidade e a preservação ambiental, fomenta redes de solidariedade e colaboração, além de gerar benefícios econômicos duradouros. Por meio dessas ações, ele não apenas transforma a realidade das comunidades atendidas, mas também estabelece as condições para que elas possam, de forma autônoma, enfrentar seus desafios e contribuir para um desenvolvimento mais justo, sustentável e inclusivo. A seguir, pode-se perceber alguns diferenciais do projeto sob a perspectiva dos atores consultados.

Quadro 4: Impacto Comunitário

Pergunta 4: Qual foi a maior diferença que o projeto trouxe para a comunidade?	
Entrevistado	Resposta
E.D.	Melhoria na qualidade de vida. Aumentamos a produção e conseguimos vender nossos produtos, o que trouxe benefícios em saúde, educação, lazer e segurança para nossas famílias.
E.V.	[Não foi abordada diretamente.]
E.J.I.	Sociabilização e compartilhamento de ideias entre os participantes. O projeto trouxe uma qualidade de vida diferente da que tínhamos antes.
E.D.I.	Nossa associação se tornou mais unida. Há bem-estar e cooperação, com o projeto fortalecendo o trabalho coletivo e o crescimento conjunto.
E.M.A.	Fortaleceu a união da comunidade, incentivando o trabalho em grupo e promovendo o crescimento conjunto.
E.M.M.	Maior produtividade e lucratividade para as famílias, além de fortalecer as relações entre os grupos.

Fonte: Coleta dos autores, 2025.

Os efeitos do **Projeto ABC dos Direitos Humanos** transcendem o âmbito individual, promovendo uma transformação comunitária ampla e significativa. Ao serem questionados sobre a maior diferença trazida pelo projeto, os participantes destacaram a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento das relações sociais. E.D. apontou que o aumento da produção e a geração de renda proporcionaram avanços em áreas essenciais, como saúde, educação, lazer e segurança familiar. E.J.I. ressaltou a sociabilização e o compartilhamento de ideias como legados transformadores do projeto, trazendo uma nova perspectiva sobre qualidade de vida e integração comunitária. E.D.I. e E.M.A. enfatizaram a união fortalecida na associação e o trabalho em grupo como impactos centrais, evidenciando o papel do projeto na promoção do bem-estar coletivo. Por sua vez, E.M.M. destacou que o aumento da produtividade e da lucratividade contribuiu para estreitar os laços entre os grupos comunitários, reforçando o senso de colaboração e solidariedade.

Figura 10: Ações do Projeto ABC dos Direitos Humanos



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

A análise dos depoimentos revela que o **Projeto ABC dos Direitos Humanos** desempenhou um papel essencial na construção de redes sociais mais coesas e na promoção de uma cultura de cooperação e solidariedade. Os relatos evidenciam que a participação no projeto foi além da melhoria das técnicas de produção e da geração de renda, contribuindo para o empoderamento pessoal e o fortalecimento da capacidade de autogestão.

O aprimoramento das habilidades técnicas e financeiras

impulsionou a autoconfiança dos agricultores, criando um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento comunitário. A abordagem participativa adotada pelo projeto, centrada no fortalecimento das capacidades locais, proporcionou condições para que a comunidade não apenas obtivesse melhores resultados econômicos, mas também vivenciasse uma transformação cultural. Essa transformação incluiu a consolidação da autogestão coletiva e a promoção da sustentabilidade social, reforçando a autonomia e a resiliência da comunidade.

4.5 Sustentabilidade e Multiplicadores de Impacto

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos**, realizado em parceria entre a Aktionskreis Pater Beda, a Cáritas Diocesana de Florianópolis e cofinanciado pelo Ministério do Desenvolvimento Econômico Alemão (BMZ), promoveu transformações profundas na vida dos participantes e no fortalecimento comunitário da região de Florianópolis. Este capítulo analisou os impactos observados a partir dos relatos de agricultores e lideranças locais, destacando como o projeto contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento das relações sociais e o desenvolvimento econômico de grupos em situação de vulnerabilidade.

O impacto comunitário do **Projeto ABC dos Direitos Humanos** é amplo e multifacetado. O projeto fortalece a organização e a participação comunitária, promove a sustentabilidade e a preservação ambiental, fomenta redes de solidariedade e colaboração e gera benefícios econômicos duradouros. Essas ações não apenas transformam a realidade das comunidades atendidas, mas também criam as condições necessárias para que elas enfrentem seus desafios de forma autônoma, contribuindo para um desenvolvimento mais justo, sustentável e inclusivo.

A criação do **Parque Agroecológico**, uma extensão direta das iniciativas do projeto, consolida o compromisso com a sustentabilidade ambiental e a educação ecológica. Esse espaço não apenas aprimorará a produção, por meio de infraestruturas como

viveiro e centro de confecção de substratos, mas também funcionará como um ambiente de troca de conhecimentos entre a academia e a comunidade local. Essa integração promove um modelo replicável de desenvolvimento regional, ampliando o alcance do projeto para além dos participantes diretos.

Adicionalmente, o projeto incentiva o papel dos participantes como **multiplicadores de impacto**, capacitando-os a disseminar práticas sustentáveis e solidárias em suas comunidades e em regiões vizinhas. Os conhecimentos técnicos adquiridos, aliados às experiências coletivas, tornam os participantes agentes transformadores, capazes de inspirar e orientar outras pessoas na adoção de práticas agroecológicas e na busca por soluções inovadoras. Essa abordagem potencializa os resultados do projeto, garantindo que os impactos positivos se expandam de forma sustentável, alcançando um público ainda maior e promovendo uma mudança estrutural em direção a um modelo mais solidário e resiliente de desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **Projeto ABC dos Direitos Humanos** evidenciou um impacto transformador nas comunidades atendidas, demonstrando a eficácia de uma abordagem integrada que combina segurança alimentar, práticas agroecológicas e fortalecimento da sociedade civil. A análise dos depoimentos coletados de agricultores e lideranças locais revelou que o projeto não apenas aprimorou técnicas de produção e gerou ganhos econômicos, mas também promoveu mudanças sociais profundas, como o fortalecimento das redes comunitárias, a sociabilização e o empoderamento das famílias.

A criação do **Parque Agroecológico** consolidou a proposta do projeto de promover a sustentabilidade ambiental e a educação ecológica. Esse espaço, além de oferecer suporte técnico e infraestrutura para a produção agroecológica, potencializou o vínculo entre a academia e a comunidade local, fortalecendo a

troca de saberes e a sensibilização ambiental. Essa sinergia criou um modelo replicável de desenvolvimento, que se estende para além dos participantes diretos, beneficiando a sociedade como um todo.

Outro aspecto fundamental foi o papel dos participantes como **multiplicadores de impacto**, capacitados a disseminar práticas sustentáveis e solidárias em suas comunidades e regiões vizinhas. Ao desenvolver habilidades técnicas, gerenciais e sociais, o projeto potencializou a autonomia e a resiliência dos beneficiários, criando um ciclo virtuoso de transformação que transcende o presente e estabelece bases sólidas para o futuro.

Em síntese, o **Projeto ABC dos Direitos Humanos** vai além da assistência pontual, promovendo mudanças estruturais que fortalecem a autonomia, a cidadania e o desenvolvimento sustentável das comunidades. Ao unir esforços entre poder público, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil, o projeto reafirma o poder da ação coletiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e ambientalmente responsável.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.
2. BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 27 ago. 2024.
3. BRASIL. **Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015**. Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm. Acesso em: 28 ago. 2024.

4. FERNANDES, R. C. **Privado, porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

5. **CÁRITAS**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://caritas.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

6. LOPEZ F. G. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018. 176 p.



